



## QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL



### Impedimento/Suspeição e Auxiliares de Justiça (chefe de secretaria e oficial de justiça)

**(VUNESP/TJ-SP/Escrevente/2014-adaptada)** É causa de suspeição do juiz:

- a) inimizade em relação ao cônjuge do advogado do réu.
- b) quando já foi mandatário da parte.
- c) amizade com o advogado da parte autora.
- d) ter interesse no julgamento da causa em favor de uma das partes.
- e) quando seu cônjuge for advogado de uma das partes.

**(VUNESP/TJ-SP/Escrevente/2013)** Conforme previsto pelo Código de Processo Civil, incumbe ao escrivão

- a) fazer pessoalmente as citações, prisões, penhoras, arrestos e mais diligências próprias do seu ofício, certificando no mandado o ocorrido, com menção de lugar, dia e hora.
- b) estar presente às audiências e coadjuvar o juiz na manutenção da ordem.
- c) efetuar avaliações, certificando o valor atribuído aos bens avaliados.
- d) redigir, em forma legal, os ofícios, mandados, cartas precatórias e mais atos que pertencem ao seu ofício.
- e) entregar, em cartório, o mandado, logo depois de cumprido.

**(VUNESP/TJ-SP/Oficial/2009/adaptada)** Leia atentamente as assertivas a seguir:

- I. A certidão do oficial de justiça tem fé pública e prevalece até prova em contrário.
- II. O oficial de justiça é civilmente responsável, independentemente de culpa, quando praticar ato nulo.
- III. Incumbe ao oficial de justiça auxiliar o juiz na manutenção da ordem.
- IV. A desistência da ação, pelo autor, produz efeito desde que protocolizada a petição, cessando todos os atos processuais, em todas as suas fases.
- V. Decisão interlocutória é ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão ordinatória.

Está correto o que se afirma apenas em

- a) I e II.
- b) II e IV.
- c) I e III.



- d) II, III e V.      e) III, IV e V.

## Atos Processuais

**(VUNESP/Pref. Alumínio/Procurador/2016)** Com relação aos prazos no atual Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) inexistindo prazo legal ou judicial para a prática dos atos processuais, esses deverão ser praticados em 15 (quinze) dias.
- b) a contagem de prazos será feita em dias úteis, mesmo que tais interregnos tenham caráter de direito material.
- c) será considerado intempestivo o prazo cumprido antes do termo inicial de sua contagem.
- d) na seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até dois meses.
- e) por se tratar o processo de direito indisponível, as partes não poderão renunciar aos prazos processuais.

**(VUNESP/TJ-SP/Escrivente/2015)** Os atos processuais são atos das partes, do juiz e dos auxiliares da Justiça, e a eles são assinalados prazos para cumprimento. Nesse caso, assinale a alternativa correta.

- a) A parte não poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.
- b) Não havendo preceito legal nem assinação pelo juiz, será de cinco dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.
- c) Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, incluindo-se o dia do começo e o do vencimento.
- d) Decorrido o prazo, extingue-se, mediante declaração judicial, o direito de praticar o ato.
- e) Os atos processuais realizar-se-ão nos prazos prescritos em lei. Quando esta for omissa, o juiz determinará que os prazos se cumpram em cinco dias.

**(VUNESP/MPE-SP/Oficial/2015/adaptada)** A respeito da verificação dos prazos e suas penalidades no Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- a) é lícito a qualquer interessado cobrar os autos ao advogado que exceder o prazo legal. Se, intimado, não os devolver dentro de 48 (quarenta e oito) horas, perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa correspondente à metade do salário mínimo.
- b) o advogado deve restituir os autos no prazo legal. Não o fazendo, perderá o direito à vista fora de cartório e incorrerá em multa correspondente à metade do salário-mínimo.
- c) apenas as partes poderão representar ao presidente do Tribunal de Justiça contra o juiz que excedeu os prazos previstos em lei, sendo vedada essa função ao órgão do Ministério Público, tendo em vista não haver hierarquia entre tal órgão e a Magistratura.
- d) o Ministério Público não tem prazo para restituir os autos quando dele possa fazer carga.



**INTENSIVO TJSP – QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL**  
**PROF. RICARDO TORQUES**

e) compete ao Ministério Público verificar se o serventuário excedeu, sem motivo legítimo, os prazos estabelecidos no Código de Processo Civil, tendo em vista que é fiscal da lei.

**(VUNESP/TJ-SP/Técnico/2007)** É correto afirmar que

- a) os atos processuais são de natureza pública e privada.
- b) o princípio do sigilo dos atos processuais aplica-se indistintamente.
- c) o direito de consultar os autos é restrito apenas aos advogados.
- d) todos os atos e termos do processo podem ser produzidos por meio eletrônico.
- e) os atos processuais são válidos quando cumpridas todas as solenidades e não a sua finalidade essencial.

**(VUNESP/TJ-SP/Escrevente/2015)** Quanto aos atos do juiz, assinale a alternativa correta.

- a) São atos meramente ordinatórios, forma pela qual o juiz resolve questão incidente, quando praticados em decorrência de juntada de documento essencial para o deslinde da causa
- b) Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessários.
- c) Decisão interlocutória é o ato pelo qual o juiz, no curso do feito, põe fim ao processo, resolvendo todas as questões que deram causa à propositura da ação.
- d) Decisão interlocutória compreende todos os demais atos do juiz praticados no processo, de ofício ou a requerimento da parte, a cujo respeito a lei não estabelece outra forma.
- e) Recebe a denominação de acórdão o julgamento proferido pelos tribunais, desde que julguem o mérito da demanda e reformem a sentença.

**(VUNESP/TJM-SP/2017)** Quanto aos prazos processuais, é correto afirmar que

- a) a Defensoria Pública terá prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.
- b) as fundações de direito público terão prazo em quádruplo para contestar as ações.
- c) a União terá prazo quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.
- d) os Estados terão prazo em dobro para recorrer e simples para responder a recursos.
- e) o beneficiário da justiça gratuita terá prazo em dobro para contestar e recorrer.

**(VUNESP/TJ-SP/Escrevente/2013 – adaptada NCPC)** Considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre prazos, é correto afirmar que

- a) o Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos.
- b) o juiz poderá, nas comarcas onde for difícil o transporte, prorrogar quaisquer prazos, mas nunca por mais de 90 (noventa) dias.
- c) as partes, mesmo que todas estejam de acordo, não podem reduzir os prazos.
- d) incumbirá ao serventuário remeter os autos conclusos no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tiver ciência da ordem, quando determinada pelo juiz.



## INTENSIVO TJSP – QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL PROF. RICARDO TORQUES

e) o prazo, estabelecido pela lei ou pelo juiz, é contínuo, não se interrompendo nos feriados e nas férias.

**(VUNESP/TJ-PA/Juiz/2014 – adaptada ao NCPC)** Havendo litisconsortes com advogados distintos de escritórios diferentes, o prazo deve ser contado em dobro para

- a) contestar, salvo se houver revelia de um dos litisconsortes.
- b) contestar, desde que haja requerimento desse benefício na primeira metade do prazo.
- c) recorrer, mesmo que só um dos litisconsortes tenha sucumbido.
- d) contestar, ainda que os advogados sejam do mesmo escritório e tenham apresentado a petição em conjunto, suscitando as mesmas razões.
- e) de modo geral, falar nos autos, para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.

**(VUNESP/SP-URBANISMO/Analista/2014 - adaptada)** Sobre o instituto da citação, nos termos do que consta no Código de Processo Civil, é correto afirmar que

- a) para a validade do processo é dispensável a citação do réu ou do executado.
- b) a citação válida torna prevento o juízo, induz litispendência e faz litigiosa a coisa, sendo que, se ordenada por juízo incompetente, não constituirá em mora o devedor, mas interromperá a prescrição.
- c) incumbe à parte promover a citação do réu nos dez dias subsequentes ao despacho que a ordenar, não ficando prejudicada pela demora imputável ao serviço judiciário exclusivamente.
- d) a citação será pessoal, não podendo ser feita na pessoa do representante legal ou do procurador do réu na fase executória.
- e) a parte que requerer a citação por edital, alegando dolosamente que ignora o local onde o réu reside, ou ignora quem é o réu, incorrerá em multa de três vezes o valor do salário-mínimo vigente.

**(VUNESP/TJ-RJ/Juiz/2013)** Em ocorrendo citação por edital, assinale a alternativa correta acerca do prazo para apresentação de defesa.

- a) Inicia-se o prazo da publicação do edital no órgão oficial.
- b) Inicia-se o prazo da última publicação no jornal local.
- c) A defesa deve ser apresentada no prazo de dilação assinado pelo juiz.
- d) Inicia-se o prazo quando findo o prazo de dilação assinado pelo juiz.

**(VUNESP/TJM-SP/Oficial/2011)** Sobre as citações e intimações, é correto afirmar que

- a) citação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo, para que faça ou deixe de fazer alguma coisa.
- b) a citação é feita por edital nas ações de estado.
- c) quando houver vários réus, começa a correr o prazo da data de juntada aos autos do último aviso de recebimento ou mandado citatório cumprido.
- d) a intimação do Ministério Público será feita por carta registrada, com aviso de recebimento.



e) a citação ordenada por juiz incompetente não constitui em mora o devedor.

**(VUNESP/TJ-SP/Escrevente/2011)** A citação é um dos atos processuais mais importantes para a formação do processo. Sendo assim, assinale a alternativa correta.

a) O militar, em serviço ativo, será citado na unidade em que estiver servindo se não for conhecida a sua residência ou nela não for encontrado.

b) Poderá ser feita a citação a quem estiver assistindo a qualquer ato de culto religioso, desde que o ato não seja interrompido.

c) A citação válida constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição desde que ordenada por juiz competente.

d) Estando o réu ausente, a citação far-se-á na pessoa de seu mandatário, administrador, feitor ou gerente em qualquer caso.

e) Incumbe à parte promover a citação do réu nos 5 (cinco) dias subsequentes ao despacho que a ordenar.

**(VUNESP/TJ-SP/Escrevente/2010)** Reputa-se que a citação é válida quando feita

a) aos doentes em estado grave, a fim de evitar o periclitamento do direito.

b) na pessoa do médico, nomeado pelo juiz da causa, no caso de demente impossibilitado de recebê-la.

c) na pessoa do mandatário, em caso de réu ausente, a fim de não haver periclitamento do direito.

d) pelo correio, nos processos de execução e quando o réu residir em local servido pelo serviço domiciliar de correspondência.

e) por edital, quando requerida pelo autor, nos casos em que o réu residir em local sem serviço domiciliar de correspondência.

## Tutela Provisória

**(VUNESP/Pref. Alumínio/2016)** Em um processo de conhecimento, o qual fique caracterizado abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório das partes, a parte lesada poderá requerer tutela provisória de

a) evidência.

b) urgência cautelar incidental.

c) urgência antecipada antecedente.

d) urgência cautelar antecedente.

e) urgência antecipada incidental.

**(VUNESP/Câm. Mogi/Procurador/2016)** Assinale a alternativa correta.

a) A tutela de evidência somente será cabível quando a matéria for unicamente de direito e houver tese firmada em julgamento de recursos repetitivos, em incidente de resolução de demandas repetitivas ou em súmula vinculante.

b) A tutela de urgência é admissível somente em demanda condenatória e constitutiva.

c) A tutela provisória depende de caução e não pode ser deferida antes da citação do réu.



## INTENSIVO TJSP – QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL PROF. RICARDO TORQUES

d) A tutela de evidência será concedida pelo juiz quando houver demonstração de risco de dano irreparável ou de difícil reparação e ficar caracterizado o abuso de direito de defesa.

e) O entendimento predominante é que cabe a concessão de tutela provisória a qualquer momento, inclusive na sentença.

**(VUNESP/Pref. Mogi/2016)** Sobre a tutela de urgência, assinale a alternativa correta.

a) No procedimento da tutela cautelar em caráter de evidência, o réu será citado para, no prazo de cinco dias, contestar o pedido e indicar as provas que pretende produzir.

b) A tutela de cautelar em caráter antecedente será concedida independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo.

c) Cessa a eficácia da tutela concedida em caráter de evidência, se não for efetivada no prazo de trinta dias.

d) Efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de trinta dias, caso em que será apresentado nos mesmos autos em que foi deduzido o pedido cautelar.

e) A decisão que concede tutela em caráter antecedente fará coisa julgada se não for revista, reformada ou invalidada por decisão proferida em ação ajuizada por uma das partes.

### Procedimento Comum

**(VUNESP/Pref. Alumínio/2016)** Sobre as disposições do atual Código de Processo Civil acerca do julgamento antecipado do processo, assinale a alternativa correta.

a) A decisão que julga antecipadamente o processo é una e tem natureza jurídica de sentença.

b) É possível ser realizado o julgamento parcial do mérito apenas se houver pedidos que se mostrem incontroversos.

c) Se houver julgamento parcial do mérito, a natureza jurídica da decisão permanece como sentença e pode ser atacada por recurso de apelação.

d) Mesmo ocorrendo o julgamento parcial do mérito, a liquidação e execução só poderão ser propostas com a sentença final.

e) Se o réu for revel e ocorrer os efeitos da revelia, não havendo requerimento para produção de outras provas, o juiz poderá proceder ao julgamento antecipado do mérito do processo.

**(VUNESP/Pref. Andradina/Assistente/2017)** Miranda é réu numa ação que lhe moveu Jair. Apresentou sua defesa contra a tese do autor, sendo que esta foi acolhida pelo primeiro grau, entendendo ter Miranda razão em seus argumentos. Jair fez apelação contra a decisão, recurso este que ainda não foi julgado. Além disso, propôs outra ação para tentar receber os mesmos valores que fomentaram a primeira demanda.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que

a) a segunda ação não pode prosperar, por já ter se vislumbrado a formação de coisa julgada material na primeira demanda, devendo ser julgada extinta sem conhecimento do mérito.



- b) estando ainda em curso a primeira ação, a segunda demanda deve ser considerada como litispendente e, portanto, julgada extinta com resolução de mérito.
- c) a primeira ação apenas formou coisa julgada formal, por isso é possível a rediscussão do mesmo assunto em outra demanda, mesmo estando ela em curso.
- d) a segunda ação deve ser julgada extinta sem resolução de mérito, por listipendência com a primeira ação, que ainda não formou coisa julgada material ou formal, tendo em vista que pende o julgamento do recurso.
- e) a primeira e a segunda ação têm pedidos distintos, e mesmo havendo coincidência de causa de pedir, os pedidos são diversos, pois requeridos em momentos diferentes, sendo possível que ambas tramitem em conjunto.

**(VUNESP/Pref. Alumínio/2016)** Lucas trafegava com sua moto quando foi vítima de um acidente de trânsito, em que colidiu com o carro de Nicolas, que dirigia o veículo no momento da batida. Em decorrência da colisão, Lucas teve seu pé amputado. Há em trâmite uma ação penal onde se verificam as causas do acidente e eventual responsabilidade penal de Nicolas pelo evento lesivo. Lucas propôs posteriormente a ação penal, uma demanda pleiteando reparação civil pelos danos sofridos. Nessa situação, é correto afirmar:

- a) se o conhecimento do mérito da ação depender da verificação da existência de fato delituoso, e havendo ação penal em curso, ocorrerá a suspensão do processo cível que não poderá ser superior a um ano.
- b) a responsabilidade civil independe da penal e por isso não poderá o juiz suspender o trâmite da ação.
- c) se a ação penal não for proposta no prazo de seis meses a contar da data da suspensão, o juiz poderá suspender o processo civil, devendo examinar incidentalmente a questão prévia sobre a responsabilidade penal.
- d) caso o processo seja suspenso por conta da existência da ação penal em trâmite, após o prazo de um ano sem que a questão de mérito seja apreciada na esfera penal, deverá o juiz extinguir o processo civil proferindo sentença terminativa.
- e) havendo ação penal em curso, haverá litispendência com a ação civil, e, portanto, deverá ser julgada esta última extinta com resolução do mérito.

**(VUNESP/Pref. Alumínio/2016)** Janaína propôs ação declaratória contra o Banco Nunes S/A. Em sua petição inicial esclareceu que não tinha interesse na realização da audiência de conciliação ou de mediação. Nessa situação, é correto afirmar:

- a) caso o banco réu não queira participar de uma audiência de mediação ou conciliação, deverá fazer tal requerimento diretamente em sua contestação.
- b) se o banco réu optar pela realização da audiência de mediação e conciliação, o juiz, diante da manifestação da autora, deverá desmarcar a audiência.
- c) caso houvesse litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por todos os litisconsortes.
- d) num mesmo processo só pode ser realizada uma sessão de mediação ou conciliação.
- e) caso seja designada a audiência de mediação ou conciliação e Janaína não compareça, tal ausência será considerada ato atentatório à dignidade da justiça com aplicação de multa de até 1% sobre o valor da causa.



**(VUNESP/Pref. Mogi/Procurador/2016)** O réu poderá oferecer um pedido contraposto ao do autor, chamado reconvenção,

- a) possível de ser proposto, independentemente de oferecer contestação.
- b) inviável em face de terceiro, mas apenas proposto contra o autor da ação.
- c) inadmissível em caso de litisconsórcio voluntário.
- d) apresentado em peça própria e no mesmo prazo da contestação.
- e) sendo que a desistência da ação pelo autor leva a sua extinção.

**(VUNESP/Pref. Várzea/Procurador/2016)** É matéria que deve ser alegada como questão preliminar processual, nos termos do art. 337, do CPC, em sede de contestação:

- a) impossibilidade jurídica do pedido.
- b) existência de coisa julgada.
- c) ocorrência da prescrição.
- d) denunciação da lide.
- e) reconhecimento jurídico parcial do pedido.

## **Recursos (regras gerais, apelação, agravos e embargos de declaração)**

**(VUNESP/Pref. Mogi/Procurador/2016)** A apelação interposta antes da publicação da sentença será considerada

- a) intempestiva.
- b) intempestiva, exceto se houver recurso adesivo.
- c) tempestiva.
- d) tempestiva, se ratificada após a publicação.
- e) suspensa, até ser recebida pelo tribunal.

**(VUNESP/Pref. Várzea/2016/Procurador)** Nos termos do art. 1.015, do CPC, cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre

- a) a rejeição da prova pericial.
- b) o aditamento da petição inicial.
- c) a inclusão de litisconsorte.
- d) o acolhimento do pedido de benefício da justiça gratuita.
- e) o mérito do processo.

**(VUNESP/MPE-SP/Analista/2015)** Os embargos de declaração no rito ordinário serão opostos no prazo de

- a) 5 dias em primeira instância e 10 dias em segunda instância, em petição dirigida ao juiz ou relator, não interrompendo o prazo de outros recursos para a parte contrária.
- b) 10 dias, com preparo, em petição dirigida ao juiz ou relator, interrompendo o prazo de outros recursos, por qualquer das partes.



- c) 5 dias, sem preparo, em petição dirigida ao juiz ou relator, interrompendo o prazo de outros recursos, por qualquer das partes.
- d) 10 dias, sem preparo, em petição dirigida ao juiz ou relator, interrompendo o prazo de outros recursos para a parte contrária.
- e) 15 dias, com preparo, em petição dirigida ao juiz ou relator, não interrompendo o prazo de outros recursos para a parte contrária.

**(VUNESP/TJ-SP/Escrevente Técnico Judiciário/2014)** Interposto recurso, o recorrente poderá dele desistir

- a) se não houver recurso adesivo ao seu.
- b) somente até a remessa ao tribunal.
- c) sem a anuência do recorrido.
- d) até que haja a resposta do recorrido.
- e) desde que haja a anuência dos litisconsortes.

### **Juizados Especiais: Lei 9.099/1995 (art. 3º ao 19) e Lei 13.153/2001.**

**(VUNESP/TJ-MS/Juiz/2015)** No que se refere à intervenção do advogado nos Juizados Especiais Cíveis, é correto afirmar que

- a) nas causas de valor superior a cinco vezes o salário- mínimo, a assistência de advogado é obrigatória.
- b) nas causas de valor até dez salários-mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.
- c) nas causas de valor até vinte salários-mínimos, as partes comparecerão pessoalmente, podendo ser assistidas por advogado; nas de valor superior, a assistência é obrigatória.
- d) não é obrigatória a assistência de advogado em qualquer hipótese, com fundamento no princípio da informalidade.
- e) não é obrigatória a assistência de advogado em qualquer hipótese, com fundamento no princípio do acesso à justiça.

**(VUNESP/TJ-SP/Escrevente/2015)** No que diz respeito aos atos processuais praticados perante o Juizado Especial Cível, assinale a alternativa correta.

- a) Não serão declarados nulos sem que tenha havido prejuízo, sendo válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados.
- b) Todos serão registrados resumidamente, em notas manuscritas, datilografadas, taquigrafadas ou estenotipadas.
- c) Serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária, exceto os relativos exclusivamente ao estado da pessoa, que correrão em segredo de justiça.
- d) Não poderá ser solicitada a prática de atos processuais em outra Comarca, exceto se se tratar de perícia técnica.
- e) Nenhum ato processual essencial será praticado sem a presença de advogado.



**INTENSIVO TJSP – QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL**  
**PROF. RICARDO TORQUES**

**(VUNESP/PC-CE/Delegado/2015)** De acordo com a Lei no 9.099/95, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa correta.

- a) Os incapazes não podem ser parte nas ações que tramitam perante o Juizado Especial Cível.
- b) Têm competência para processar e julgar causas que não excedam 60 (sessenta) vezes o salário-mínimo.
- c) É dispensável o comparecimento da parte autora na audiência de conciliação.
- d) É indispensável a assistência da parte por advogado, independentemente do valor da causa.
- e) Os microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte não podem propor ação perante o Juizado Especial Cível.

**(VUNESP/TJ-SP/Escrevente/2015)** Quanto aos processos que tramitam perante os Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta.

- a) No foro em que estiverem instalados, a competência é relativa.
- b) Não é possível pedido para providências cautelatórias ou antecipatórias no curso do processo.
- c) O cumprimento da sentença com trânsito em julgado, que imponha obrigação de fazer, será efetuado mediante ofício do juiz à autoridade citada para a causa, com cópia da sentença ou do acordo.
- d) A Fazenda terá prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.
- e) Nas causas que correm perante esse Juizado, haverá reexame necessário no caso de procedência do pedido do autor.